

“As câmaras não têm meios para fazer fiscalizações anuais”

A segurança dos espaços de jogo e recreio depende de uma maior abertura à participação de entidades externas nas acções de fiscalização que têm de ser promovidas todos os anos pelos municípios. Quem o diz é Moisés Nunes, responsável pela área de parques infantis no Instituto de Soldadura e Qualidade.

De uma forma genérica, ao nível da segurança, como avalia os Espaços de Jogo e Recreio (EJR) em Portugal?

De uma forma geral, considero que há muitos EJR não seguros, ou não suficientemente seguros, pelo menos. Acho que há muitas entidades responsáveis que não sabem exactamente o que devem fazer perante a manutenção de um EJR. Nos espaços novos, que estão a ser construídos ou que têm dois ou três anos, nesses provavelmente já houve algum cuidado por parte do instalador e poderá haver algum nível de segurança. Não digo todos, porque já me deparei com situações em que há alguns erros de concepção do parque ou em termos de pisos de amortecimento. Este é o panorama geral.

Havendo legislação específica, porque é que isso acontece? É um problema de fiscalização?

O decreto-lei é antigo, de 1997. Efectivamente, esse decreto-lei obriga a que as câmaras fiscalizem ou promovam a fiscalização dos EJR. Uma coisa é chamar-se promoção da fiscalização, mas o que se está a passar na realidade é que isto não funcionou. A partir de 1999, 2000, começaram-se a promover as comissões técnicas, pelo IDP (Instituto do Desporto de Portugal) e foi feito um trabalho de base que eu considero, como primeira abordagem ao espaço, como primeira inspecção, até correu muitíssimo bem. Realmente separou uma série de parques que estavam muito maus, contudo, as pessoas por muito boa vontade que tivessem, por muitos conhecimentos que tivessem, por vezes não conheciam bem as normas e não estavam sensíveis a algumas questões de segurança.

Refere-se às entidades fiscalizadoras...

Sim, posso referir-lhe vários casos em que a entidade foi e fez um excelente trabalho inicialmente, mas a seguir há pequenos pormenores, que têm a ver com as normas de referência e com o próprio decreto-lei, que normalmente não são cumpridas.

Que tipo de aspectos é que não são cumpridos?

Por exemplo, muitas vezes temos um determinado equipamento com uma determinada altura de queda e perante essa altura de queda é preciso saber se o piso de amortecimento desse equipamento realmente amortecer a queda ou não. Há um determinado critério, o CTC (Critério de Traumatismo Craniano) que tem de ser cumprido. O que se verifica, muitas vezes, é que para a altura de queda desse equipamento, o CTC não está bem definido. Ou então o piso já perdeu características, também pode acontecer.

O que é que isso indicia? Falta de análises, de capacidade técnica?

Faltam meios e falta conhecimento que, provavelmente, os técnicos, por muito boa vontade que tenham, não adquiriram. Não têm os equipamentos necessários para o fazer e não têm, se calhar, o *know how* para o fazer. E não o fizeram. Existem outras situações. Tive oportunidade de verificar alguns parques, por exemplo, com deficiências de montagem. Situações em que um escorrega está mal montado, por exemplo, e em que, se fizer o teste de cordão de vestuário, ele chumba. Em Portugal, por acaso, não se verifica assim tanto esse tipo de acidentes, porque as nossas crianças não têm de andar de kispito a brincar nos parques infantis.

Mas já têm morrido crianças lá fora, por exemplo, nos países nórdicos, onde as crianças vão para os parques exteriores de kispito e o cordão enrola à volta do pescoço e fica preso. E a partir do momento em que temos um espaço em que depois de iniciado o movimento, nada mais há a fazer, a criança fica lá pendurada. As distâncias entre os degraus também nem sempre são cumpridas. E a partir de uma determinada altura, pode haver prisão da cabeça. Ou seja, a criança passa e fica com a cabeça presa na escada. Isto tem a ver com a concepção do próprio equipamento ou com deficientes condições de instalação.

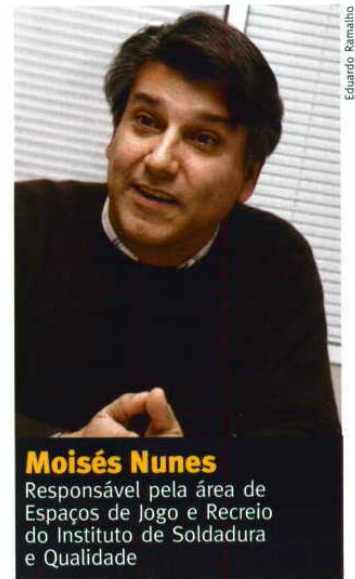
Mas os equipamentos não têm de ser certificados previamente?

Os equipamentos têm de ser certificados, mas o que acontece é que um laboratório pega no equipamento, monta-o, e perante as condições que lhe foram dadas, respeitando o livro de instruções, ele até pode passar os testes todos. No entanto, nem sempre esse livro de instruções é tido em consideração na montagem. É a única conclusão que eu tiro. Já vi um parque em que as estruturas estavam trocadas.

Mas essa questão não é fiscalizada? Os EJR têm de ser licenciados...

Em princípio, devia ser avaliada. Mas quando vou a um parque há situações que, ou foram modificadas pela entidade responsável ou o técnico não viu aquilo que estava à frente dos olhos. Será uma situação ou outra. Embora, também reconheço que já vi alguns excelentes trabalhos do IDP. Mas, infelizmente, estas são situações que eu continuo a ver com alguma frequência. Há parques onde não foram asseguradas as distâncias de segurança dos equipamentos.

Penso que as pessoas ao idealizarem o parque, muitas vezes não fazem uma análise dos riscos. Quais os percursos habitualmente utilizados pelas crianças quando vão descer um escorrega? Estou-me a lembrar de um parque onde as crianças sobem a escadita, descem o escorrega, depois correm e ao correr, passam à frente dos miúdos que estão nos baloiços que, por acaso, têm o mesmo movimento. Estamos a falar de crianças de três, quatro anos, que não têm esta percepção e que



Moisés Nunes
Responsável pela área de Espaços de Jogo e Recreio do Instituto de Soldadura e Qualidade

passam ali muito distraidamente, para subirem novamente a escada e tomarem a sair. E passam mesmo em frente aos outros colegas que estão a andar no baloiço e que os podem atingir sem querer. E isto acontece.

Mas as normas técnicas prevêm essas situações...

Obrigam a determinadas distâncias de segurança, corredores de circulação...

Havendo normas tão detalhadas, porque não há cumprimento? Por desconhecimento?

Acho que sim. Aquilo que tenho verificado, em conversa com pessoas ligadas a estas questões, que tratam da manutenção e da instalação, é que há algum desconhecimento quer das normas, quer da própria legislação.

Qual é a dimensão deste problema? Há um incumprimento generalizado das normas e da legislação?

Não digo que o incumprimento seja deliberado. Obviamente que não é, acho que neste país, as pessoas não são inconscientes. A única hipótese que eu vejo é que realmente desconhecem determinados factores da legislação ou mesmo das normas. Porque eu continuo a ver as coisas a acontecer. Lembrou-me de uma frase que o meu pai dizia: “Ao menino e ao borracho, põe Deus a mão por baixo”. Isto só pode ser verdade. Quando se entra num parque infantil e se vê que um determinado equipamento foi retirado, mas que continua ali o ferro ou os espigões que seguravam a estrutura e ninguém se preocupou em retirá-los, e as crianças passam a vida a brincar nesse espaço sem se magoarem... Realmente, só pode haver aqui uma intervenção divina.

Mas não houve uma evolução neste cenário, desde a introdução da legislação, em 1997?

Há uma evolução grande, mesmo assim. Os aspectos positivos também devem ser referidos. Há uma evolução muito grande desde 2001 para cá e essa evolução deve-se muito às comissões técnicas que actuaram na área da primeira inspecção. Estas



Há muitas entidades responsáveis que não sabem exactamente o que devem fazer perante a manutenção de um EJR



tendências

parques infantis

comissões técnicas conseguiram, pelo menos, eliminar todos aqueles parques que realmente não eram nada seguros. Eram armadilhas autênticas. Ou seja, eram EJR que de EJR tinham muito pouco. Mas ainda existem muitas armadilhas. Há muitos actos de vandalismo. Verifiquei situações de parques relativamente recentes, em que os equipamentos estão certificados e que até foram bem concebidos, mas em que começa a haver desgaste, que não é devido ao uso natural do equipamento, mas sim a actos de vandalismo. Não sei se as entidades responsáveis são impotentes para resolver a situação, elas é que lhe poderão dizer, mas têm o problema nas mãos, não o conseguem resolver e também não tomam a decisão de fechar o parque se as armadilhas lá estão. Verifiquei espaços em que havia uma torre, por exemplo, a que faltavam as guardas de segurança, e ele continuava em utilização. E existem vários nessas circunstâncias.

Os principais problemas que identifica nos EJR são derivados de erros de projecto ou de falta de manutenção?

O IDP parecia-me uma entidade mais sensível para a temática dos EJR do que a ASAE

Há uma evolução muito grande desde 2001 e essa deve-se muito às comissões técnicas que actuaram na área da primeira inspecção. Estas comissões conseguiram, pelo menos, eliminar todos aqueles parques que realmente não eram nada seguros

Se falarmos de parques antigos, até 2003, de erros de projecto, e, muitas vezes já de alguma degradação devido à normal utilização. Hoje em dia, de 2003 para cá, penso que será por má manutenção ou falta de manutenção efectiva dos equipamentos.

A falta de manutenção é frequente? É frequente. Pelo menos, isso acontece na maior parte daqueles que eu conheço.

Como deveriam as autarquias abordar esta questão da manutenção?

Deveriam fazer a inspecção, auxiliando-se das empresas para o efeito. Já existem várias, o ISQ é uma, mas existem outras que também o fazem. Podem auxiliar e ir até mais além, ou seja, não fazendo só inspecção e manutenção, mas dizendo como é que esta pode e deve ser feita.



D.R.

Através de acções de formação?

Através de acções de formação. Normalmente, as instituições que estão neste negócio têm *know how* para o fazer.

Há uma maior procura das autarquias desse tipo de serviço?

Felizmente, já começa a haver algum interesse. Algumas autarquias, e infelizmente apenas posso dizer algumas, já começam a estar sensibilizadas para o efeito. Mas há muitas que ainda desconhecem. Se calhar não é uma temática muito urgente para elas, mas realmente não nos procuram.

No que respeita à fiscalização, como vê a recente passagem desta responsabilidade do IDP para a ASAE?

É sempre um pau de dois bicos. Penso que pode ser positivo, agora, o IDP parecia-me, pelo menos, uma entidade mais sensível para a temática dos EJR do que a ASAE.

Mas, como referiu, não estava a cumprir plenamente o seu papel...

Também não tinha meios para o fazer. O IDP, por muito boa vontade que tivesse, se calhar não tinha os meios necessários para fazer o que deveria fazer. Isto tem de

parques infantis

tendências

Eduardo Ramalho



Desconhecimento da legislação e das normas na origem de muitos problemas

ser visto com algum cuidado. Na óptica do cidadão comum, que quer ter os filhos seguros ou eu, como pai, acho que deveriam ter actuado mais. Quero levar os meus filhos a um parque e saber que eles podem brincar à vontade e que não têm grandes possibilidades de se magoar. Há um risco inerente a determinados jogos, mas um risco calculado.

É uma questão de prioridades de investimento?

Exactamente, [é uma questão] de haver maior investimento.

Relativamente às superfícies de impacto: generalizaram-se os pavimentos sintéticos por oposição a elementos soltos. Do seu ponto de vista, que critérios devem as câmaras ter em conta ao fazer esta escolha?

É muito complicado. Se me perguntar onde é que eu prefiro cair, se num piso supra-sumo de borracha ou na areia, digo-lhe muito sinceramente: prefiro

cair na areia. Desde que ela esteja bem cuidada. Agora, o problema das entidades responsáveis, é que é mais fácil manter um piso de borracha sintética, do que fazer o que manda a legislação que é a substituição integral dos materiais móveis, que pode ser uma série de materiais como areia, cascas de árvore, areão, dependendo das particularidades e da granulometria. Se esses materiais estão ao ar livre, obviamente que se vão sujar e vai ser muito mais difícil cuidar deles. Esta é que é a realidade e é esse o drama das entidades responsáveis. Agora, se tiver os meus filhos a brincar num parque, onde prefiro que eles caíam desamparados? Na areia concerteza.

Mas é preciso que a manutenção seja garantida?

Exacto. E isso não é garantido na maior parte dos parques que eu conheço deste país. Depois, vou-lhe dar outro exemplo: num parque deste país, que era um espaço verde lindíssimo, onde andavam crianças a brincar, havia uma zona fechada, com um portão, para evitar o acesso de animais. E eu vi uma pessoa que andava a passear o cão a abrir o portão e a ir brincar para a areia com ele. Os cães não têm culpa, os donos é que têm. As pessoas são chamadas à atenção, mas há má educação e uma falta de civismo muito grande. Isto assim é complicado. Por muito boa que seja a entidade responsável, nem tudo pode fazer, a não ser que todos os espaços tivessem um polícia à porta. Não me parece que seja isso que se pretende.

Afirmou que a legislação existente era antiga. Em que aspectos considera que está desactualizada?

Não é muito perceptível, por exemplo, o auxílio que poderão dar as entidades privadas nas acções de inspecção e fiscali-

zação. Em termos de responsabilidades, só fala na câmara municipal, no IDP, e agora na ASAE. Nas entidades que poderão auxiliar não fala. O ideal era fazer um bocadinho aquilo que se faz nos espaços desportivos. Quando saiu a legislação relativamente à inspecção dos equipamentos desportivos – como balizas de futebol, andebol, tabelas de basquetebol -, deu logo essa abertura às entidades. Entidades essas que tinham depois um modelo para a sua acreditação, neste caso através do IPQ – Instituto Português da Qualidade, para poderem exercer essa actividade. É essa abertura que eu acho que falta na legislação.

Há outros aspectos da legislação ou das normas que deviam ser alterados?

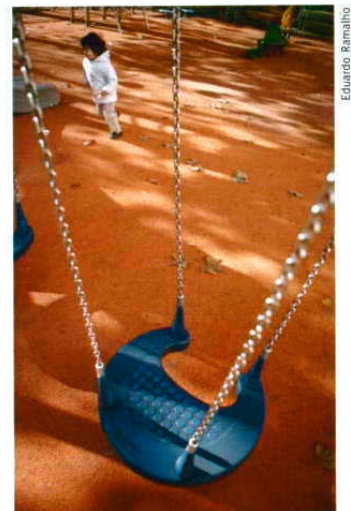
A legislação obriga a que, pelo menos anualmente, a Câmara Municipal promova acções de fiscalização. A legislação diz isso e eu acho que ela devia ser cumprida, porque, nesse aspecto, ela é peremptória. E dá abertura a que se façam até mais acções de fiscalização. Isso não acontece, não tenho verificado isso.

Refere-se a uma fiscalização feita por entidades externas à autarquia?

Isso agora é uma questão de interpretação da lei. Aquilo que eu acho é que deveria ser feita anualmente por uma entidade externa. As câmaras não têm meios para

De uma forma geral, não há câmara nenhuma que anualmente verifique se os espaços continuam a cumprir em termos de segurança, com as condições quer de instalação, quer de manutenção

fazer essas fiscalizações anuais. Na maior parte dos concelhos, os EJR dependem directamente das câmaras municipais, elas são a entidade responsável. Ou seja, quem deveria fazer a fiscalização nesse caso, era a ASAE. Não me parece que a ASAE, ou seja quem for, tenha os meios necessários para anualmente verificar os não sei quantos parques que existem em todo o país, que dependem das câmaras municipais. E isto não implica que a Câmara Municipal não possa verificar os outros espaços privados, do McDonalds, das estações de serviço, dos condomínios. Nesses, [a fiscalização] é da responsabilidade das autarquias, que também não os verificam. De uma forma geral, - e eu posso estar a pecar por generalizar, porque isto não quer dizer que não exista um caso ou outro em que as câmaras estejam sensíveis e o façam -, não há câmara nenhuma que leve isto da forma como a legislação diz, ou seja, que anualmente verifique se esses espaços continuam a



Eduardo Ramalho

ISQ: Apoio às autarquias

O Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) iniciou o seu trabalho na inspecção da segurança de Espaços de Jogo e Recreio (EJR) em 2002 e a partir daí tem acompanhado diversas autarquias na adequação de parques infantis à lei vigente (Decreto-Lei 379/97) e às normas internacionais aplicáveis, no que respeita a equipamentos (EN1176) e superfícies de impacto (EN1177).

Uma inspecção permite identificar “o que está bem ou mal e o que pode ser feito para melhorar”, explica o responsável técnico por esta área no ISQ, Moisés Nunes. Esta entidade privada e independente empresta assim o seu know how e capacidade tecnológica aos municípios na verificação das condições de segurança dos espaços infantis.

Por enquanto, as solicitações ainda não são realizadas com a frequência desejada mas, garante o especialista, “existem alguns bons exemplos”. Recentemente, a Domus Social, uma empresa munici-

pal do Porto, promoveu a inspecção de mais de 60 EJR do concelho, contribuindo desta forma para um planeamento e gestão futura de locais e equipamentos. “Sabemos que os recursos são escassos, seja para que autarquia for, e que provavelmente não é possível actuar em todos os espaços. Mas podemos definir prioridades”, observa o responsável do ISQ.

A inspecção realizada pelo ISQ começa por abordar a localização onde o EJR está implantado, verificando a proximidade de zonas de risco na envolvente, como vias de circulação ou áreas ambientalmente degradadas. Posteriormente, avalia “o espaço em si”, debruçando-se sobre o layout do mesmo, verificando a “interacção entre os diversos equipamentos” ou a adequação do mobiliário urbano existente.

Os equipamentos são avaliados de acordo com as características apon-

tadas nas normas internacionais, tendo em conta a sua concepção e exigências de manutenção. Perante os pisos de amortecimento sintético, confirma a sua conformidade com a altura de queda dos equipamentos.

Após a inspecção, são elaborados relatórios de ensaio dos diferentes equipamentos e, também, do próprio espaço. “Quanto tudo está bem” é emitido um certificado de conformidade, que possui uma validade de três anos. No entanto, o ISQ exige a realização de uma inspecção anual para verificar se as condições iniciais se mantêm, avaliando o processo de degradação de materiais, de forma a identificar situações de risco e a auxiliar a autoridade responsável na manutenção dos equipamentos.

Os problemas “mais graves” e “visíveis” encontrados por equipas do ISQ nas inspecções realizadas a parques infantis, por todo o país, são resultado da “degradação do próprio equipamento”,

diagnostica Moisés Nunes, quer esta seja motivada pelo uso natural ou por actos de vandalismo. Normalmente, tratam-se de danos nas correntes, de tampas que cedem deixando parafusos à vista ou de materiais que, após uma prolongada exposição às agressões atmosféricas, comecem a perder características, a gerar fendas ou a alterar as dimensões regulamentadas.

Para que as condições de segurança num EJR sejam mantidas, a longo prazo, é fundamental – e obrigatória por lei – a existência de dossiers técnicos dos equipamentos e de um livro de manutenção.

De acordo com Moisés Nunes, desde 2003 que os dossiers técnicos são distribuídos “com alguma frequência”, fornecendo instruções ao nível da montagem, mas os livros de manutenção são mais raros. “Infelizmente ainda não aparece com frequência, mas algumas câmaras já têm essa preocupação”.



tendências

parques infantis

cumprir em termos de segurança, com as condições quer de instalação, quer de manutenção.

E a solução que aponta para que se cumpra a legislação era de haver maior abertura às entidades externas que actuam neste mercado para fazerem esse trabalho?



Leí pouco clara sobre o auxílio que podem dar as entidades privadas na fiscalização

Sim, as câmaras não têm meios, nem materiais, nem humanos. É essa a conclusão a que tenho chegado, sempre que falo com as pessoas. Se não têm, então há que dar abertura para que outras entidades o possam fazer. Em segundo lugar, o IDP ou a ASAE também não têm. Estamos a falar de uma entidade única a percorrer 305 concelhos, sendo que cada concelho tem uma média de 40 a 50 espaços, embora saibamos que concelhos como Lisboa e Porto têm muitos mais. É impossível. Há muitos concelhos que estão a entregar esses parques a empresas municipais. Isso também é um facto. O que acontece é que a empresa municipal é considerada a entidade responsável e então aqui, a Câmara Municipal é que iria fiscalizar esses espaços. Agora, a autarquia continua a não ter meios para o fazer. Não tem meios, não tem recursos e não tem formação.

Como avalia os EJR privados, no que respeita ao cumprimento da legislação?

As entidades privadas não se sentem muito obrigadas a fazê-lo, porque há um custo. Uma entidade privada, se ninguém a está a obrigar, e neste caso a fiscalização seria da câmara, ela não se sente tentada a gastar recursos numa inspecção que ela julga que não lhe serve para nada. Quando se começa a actuar? Quando esta entidade se lembra que tem de fazer um seguro e a

Em algumas escolas há parques infantis sem as mínimas condições de segurança

companhia de seguros exige determinado tipo de características para segurar o parque, que sejam tidas em consideração as condições de segurança. Em escolas privadas, também há uma obrigatoriedade, porque o próprio Ministério [da Educação] obriga a que se tenham determinados cuidados e a que se recorra a instituições como a nossa para as auxiliar.

E os espaços infantis, dentro das escolas públicas, cumprem as normas?

Há muita coisa que não está a correr bem. Em algumas escolas de primeiro ciclo, há muitos parques infantis que não têm as condições mínimas de segurança. Há um ou dois anos, fomos contratados por uma escola, no Norte do país, para inspecionar os equipamentos desportivos. Quando chegámos ao local, vi que havia um parque infantil e, como ali estava, verifiquei as condições de segurança. Havia uma situação, numa escada, a uma altura já de 1,20m, em que havia um ponto onde a criança poderia ficar pendurada pela cabeça. Isto é gravíssimo. Havia outra situação em que havia o risco de ficar



Eduardo Ramalho

preso pelo cordão do vestuário e alguns pontos onde os dedos poderiam ficar presos. Havia zonas onde a criança se poderia magoar nas arestas, isto já por causa de problemas de manutenção. Mas também havia situações que estavam também relacionadas com a concepção do equipamento. No fim, fui falar com a entidade responsável, alertá-la para o problema, porque esta é uma situação dramática, é suposto as crianças andarem seguras no recreio. E o que me disseram foi que tinham um relatório feito pela comissão técnica a dizer que existiam alguns problemas menores de manutenção, que poderiam ser corrigidos, mas nada de especial.

Joana Filipe